



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0003651-11.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Claudia Maria Terroni Tavoni**
 Requerido: **Unimed São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 415/11

CLÁUDIA MARIA TERRONI TAVONI, já qualificada, moveu a presente ação de indenização contra UNIMED SÃO CARLOS, também qualificada, alegando negligência da ré no atendimento de urgência porquanto no dia 15 de dezembro de 2009, por volta de 9:30 horas, não obstante o comunicado de que sentia fortes dores na região acima do estômago, tenha tido que aguardar por mais de uma hora para ser atendida por um médico no *Hospital Unimed* desta cidade, sem embargo do que, quando atendida pelo Dr. *Tiago Alves Barbosa*, tenha tido um diagnóstico superficial de *gastrite* com liberação imediata, a despeito de ainda continuar sentindo as mesmas dores, negligência essa que, pelo erro de diagnóstico, lhe teria causado o agravamento do quadro de *mielite*, que já se achava instalado e que foi posteriormente diagnosticado por outro médico contratado às suas expensas, e que por volta de 15:30 horas do mesmo dia providenciou sua imediata internação na Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, onde, após exame de tomografia, obteve o diagnóstico correto da doença, caracterizada por *inflamação na medula espinhal*, que lhe causou *perda completa do movimento dos membros inferiores*, quadro que perdurou durante 10 dias e que até hoje a impede retomar os movimentos normais, estando no gozo de auxílio-doença do INSS, de modo que requer a condenação da ré ao pagamento de indenização pelo dano moral suportado.

A ré nega tenha a autora esperado atendimento por mais de uma hora, porquanto haja registro de que, tendo dado entrada no hospital às 9:46 horas, foi atendida 24 minutos depois, às 10:10 horas pelo médico plantonista, Dr. *Tiago Alves Barbosa*, que teria realizado exame minucioso e atento prescrevendo medicação contra a dor e orientando a autora a procurar atendimento com médico especialista em caso de permanência ou agravamento dos sintomas, daí porque tenha dispensado a autora que não mais retornou para reclamar novo atendimento, não tendo sido possível ao médico qualquer diagnóstico de problema neurológico na medida em que a autora se limitou a queixar-se das dores abdominais, tendo entrado e saído do hospital andando sem qualquer esforço adicional ou queixa de imobilidade, sintomas que só teriam surgido horas mais tarde, às 15:30 horas, conforme relatado na inicial, salientando mais, que a patologia que acomete a autora teria a evolução da forma como se apresentou independentemente de que tivesse sido diagnosticada pelo Dr. *Tiago Alves Barbosa* quando da consulta no *Hospital Unimed*, refutando assim a hipótese de erro médico ou de responsabilidade civil, ainda que por conduta culposa, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica e com prova documental, tendo as

0003651-11.2011.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

partes, em alegações finais, reiterado suas postulações.

É o relatório.

Decido.

Conforme já destacado anteriormente, o fato controvertido diz respeito, fundamentalmente, a um *erro de diagnóstico*, da parte do médico plantonista, Dr. *Tiago Alves Barbosa* da ré, que teria causado agravamento do quadro de *mielite* apresentado pela autora.

A prova pericial qualificou o diagnóstico proferido pelo médico plantonista da ré, o Dr. *Tiago Alves Barbosa*, como “*precipitado*” (sic.), porquanto firmado exclusivamente no relato verbal da autora e sem que esse médico tivesse realizado qualquer exame físico da paciente.

Consta, assim, do laudo, que o diagnóstico foi “*baseado apenas nas informações colhidas na anamnese*” e “*sem observação da ficha de atendimento ambulatorial da UNIMED*” (fls. 148).

Apontou ainda o perito que, embora a sintomatologia fosse “*sugestivo de um hipótese de epigastralgia*”, ou seja, dor de estômago, é “*sempre mais aconselhável basear-se em evidências do exame físico do que apenas na anamnese*” (sic. – fls. 149).

Ou seja: há indício claro de negligência do médico plantonista da ré.

Não obstante, o mesmo laudo pericial destacou que mesmo “*uma avaliação mais precisa provavelmente não iria definir o verdadeiro diagnóstico, pois o quadro apresentado era semiologicamente pobre*”, de modo que “*o diagnóstico de mielite mais precocemente*”, vale dizer, um diagnóstico correto mais precoce, além de “*difícil de fazer com a sintomatologia inicial apresentada, em nada impediria sua evolução, o que ocorreu em período de aproximadamente duas horas, conforme informa a própria pericianda*” (fls. 149).

Concluiu, então: “*embora a avaliação do médico em questão não seja ideal, não observo o diagnóstico e conduta incorreta como fator que predispos a pericianda ao quadro neurológico que apresenta atualmente*” (loc. cit.).

Em laudo complementar o perito deixou claro que a *mielite* seria um tipo de moléstia em relação à qual o controle das consequências neurológicas não está sob o domínio da medicina, sendo, ao invés, regido pelo acaso, pela sorte do paciente, de modo que podem ou não configurar sequela, independente de ser ou não o paciente submetido a tratamento (*leia-se resposta ao quesito b. de fls. 190*).

Não obstante, a autora entende que o diagnóstico correto teria tido como efeito “*o encaminhamento a um médico especialista*” (fls. 249) e nisso havemos por bem concordar.

Ocorre que se a *mielite* se define como moléstia de cura incerta, o devido encaminhamento a um especialista, com maiores chances de conhecimento, notadamente em relação aos avanços da ciência médica sobre o tema, permitiriam alguma chance em favor da autora.

Ocorre que se a possibilidade de cura da moléstia foi definida pelo perito como fator sujeito à *sorte* e ao *acaso*, conclusão que tem como consequência imediata afastar a negligência do médico plantonista, que o mesmo perito afirmou ter realmente se verificado, cumpre sejam esses mesmos fatores de *sorte* e *acaso* tomados em conta e em favor do interesse da autora, em termos de busca de tratamento e cura.

Assim é que, a este Juízo se afigura, não é correta a afirmação de que “*o tempo de espera em nada influenciou no quadro neurológico desenvolvido pela autora*” (fls. 254), pois se a ciência médica não domina a doença (*mielite*) suficientemente para ministrar a cura, dando-a como obra do acaso, não pode essa mesma ciência médica pretender afirmar, com autoridade, que o tempo de espera não teve influência alguma, com o devido respeito.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

À vista dessas considerações, a tese da *perda da chance*, advogada pela autora, é de todo pertinente, ao contrário do que pretende a ré.

E não há se pretender tenham havido dois (02) “*quadros clínicos distintos*” (sic.) da parte da autora, pois como o próprio perito afirmou, respondendo a quesito da ré, o quadro de saúde da autora era único, porque “*embora tivesse uma sintomatologia pobre, as algias estavam ocorrendo devido à instalação do quadro de mielite*” (quesito 7., fls. 155).

Há, portanto, uma conduta negligente pela qual cumpre à ré responder, pois, conforme já dito anteriormente, “*a prestadora de serviços de assistência médica, administradora de plano de saúde, é responsável pelos serviços prestados por meio dos profissionais conveniados (REsp 309 760-RJ, Rel. Min Aldir Passarinho Júnior, REsp 138.059-MG, Rel. Min Ary Pargendler), pois se escolheu mal o preposto ou profissional que vai prestar o serviço médico, responde pelo risco da escolha (cf. nesse passo, a doutrina de Sérgio Cavalieri Filho, trazida à colação pela Min. Nancy Andnghi, em voto proferido no REsp 138 059-MG)*” – *idem*, Ap. nº 0086712-52.2007.8.26.0000 ¹ -, tratando-se de verdadeira “*responsabilidade objetiva, somente sendo afastada se e quando demonstrar que tendo prestado o serviço, o defeito inexistiu, considerados os riscos inerentes aos procedimentos médico-cirúrgicos praticados, como se extrai do disposto no artigo 14, § 1º, inciso II, e com o artigo 8º, ambos do Código de Defesa do Consumidor (cf. a propósito, voto vencedor do Des. Aldo Magalhães, in JTJ 252/152-153j ou, então, que foi do consumidor ou de terceiro a culpa exclusiva pelo defeito, nos termos do artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, não discrepam outros precedentes (RT 771/212-TJSP, Rel. Des Antônio Carlos Marcato, RT 770/347,-TJPR, Rel. Des Accácio Cambi, RT 788/259-1º TACivSP, Rel. Juiz Antônio Marson, AgInst. 262 979 4/3-S Paulo, de que fui relator) e bem assim as doutrinas de Carlos Roberto Gonçalves (Responsabilidade Civil, pág. 370, Saraiva, 7ª ed. atualizada e ampliada de acordo com o novo Código Civil, 2002) e de Luiz Antônio Rizzatto Nunes (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, pág 205, Saraiva, 2000)*” - (cf. Ap. nº 0086712-52.2007.8.26.0000 ²).

Caberá considera, entretanto, na liquidação do dano, o fato de que a cura para a moléstia da autora é incerta, como já acima apontado, o que equivale a se tomar em conta a circunstância, por analogia, como uma espécie de caso fortuito relativo, concorrendo com a responsabilidade civil da ré a propósito do que seria observado na concorrência de culpas.

Em relação à conduta que autora especificamente imputou contra a ré, de tê-la feito esperar por mais de uma hora, não obstante a urgência reclamada, pretende a parte que a prova documental juntada seja suficiente a caracterizar o fato.

Não obstante, o que se verifica da referida alegação é que a inicial não a trouxe.

A prova acostada à resposta, por sua vez, aponta a consulta da ré às 9:46 horas, o que equivaleria dizer 16 minutos após o horário que a inicial aponta como de sua chegada às dependências da ré.

Há que se destacar tenha havido oportunidade específica de produção dessa prova, conforme item *a.* do despacho saneador de fls. 177 verso.

Não provado o fato, dele não há como se cogitar.

A ação, entretanto, procede em relação à negligência, conforme antes analisado.

A indenização postulada pela autora não tem referência de valores, deixando ao critério do Juízo o arbitramento.

As sequelas vividas pela autora são sérias e graves, pois a impedem locomover-se, obrigando-a a fazer uso de cadeiras de rodas.

Em tal grau de gravidade, a indenização pelo abalo moral exige reparação

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² www.esaj.tjsp.jus.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

igualmente elevada, de modo que o patamar de duzentos (200) salários mínimos vigentes na data desta sentença (R\$ 724,00 - cf. Decreto nº 8.166, de 23 de dezembro de 2013) parece-nos suficiente a reparar o prejuízo suportado pela autora, como ainda a impor à ré uma pena preventiva em relação à conduta de seus médicos.

Tendo-se em conta o caso fortuito representado pelo quadro de incerteza de uma possível cura da moléstia não diagnosticada pela negligência do médico da ré, cumpre reduzida essa indenização no equivalente a dois terços (2/3), de modo a liquidar-se a indenização no valor de R\$ 48.267,00, sobre o qual deverão ser acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

A ré sucumbe na parte mais importante do pedido, que é o reconhecimento da responsabilidade civil, de modo que deverá arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação e em consequência CONDENO a ré UNIMED SÃO CARLOS a pagar à autora CLÁUDIA MARIA TERRONI TAVONI indenização por dano moral no valor de R\$ 48.267,00 (*quarenta e oito mil duzentos e sessenta e sete reais*), acrescido de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 17 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
